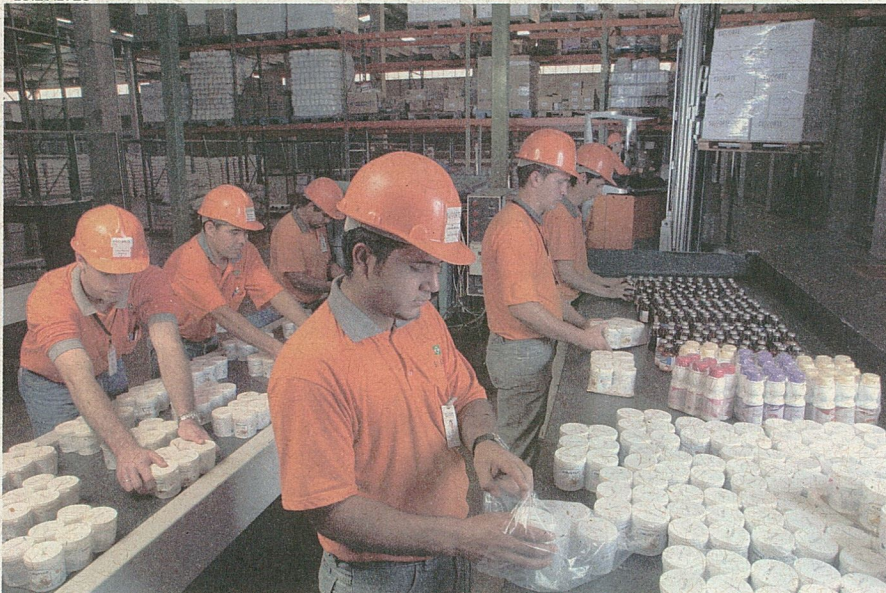


Rose de Freitas alerta para risco de embate caso veto à lei dos royalties seja derrubado pelo C

Página 3

LUIZ ALVES



Comissão aprova zero para imposto hora extra de trab

Foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Pobreza a proposta que reduz a zero as alíquotas da contribuição previdenciária sobre o imposto de renda pago sobre as horas extras do trabalho. O texto substitutivo do relator Guilherme Campos (PSD-SP) e o deputado Audifax (PSB-ES). O texto original transfere o pagamento do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária sobre as horas extras pagas aos trabalhadores. Atualmente, a Receita Federal recolhe o imposto de renda sobre as horas extras. A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Agricultura reconhece extensão rural como serviço de assistência social

A Comissão de Agricultura aprovou o PL 4327/12, do deputado Bohn Gass (PT-RS), que considera os serviços de assistência técnica e extensão rural como ações de assistência social. O objetivo é garantir base legal para que instituições e organizações que prestem esses serviços possam receber apoio financeiro e isenções fiscais e previdenciárias. O relator foi o deputado Junji Abe (PSD-SP). Pelo texto, passarão a se equiparar a entidades de assistência social aquelas que desenvolvam ações de assistência técnica e extensão rural para a retomada, a manutenção e a ampliação de produção agropecuária voltada à segurança alimentar e nutricional, oferecidas de forma gratuita e continuada. A proposta ainda será analisada de forma conclusiva pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e CCJ.

GOVERNO DO PARANÁ



Técnicos de assistência rural, durante treinamento

Câmara promove bate-papo na internet sobre psicologia e orientação sexual

A Coordenação de Participação Popular da Câmara vai promover um videochat pela internet na próxima quinta-feira (20), para que os cidadãos possam debater o projeto sobre a possibilidade de atendimento psicológico aos homossexuais insatisfeitos com sua opção sexual. O debate será feito com o relator da proposta na Comissão de Seguridade Social, deputado Roberto de Lucena (PV-SP). Para participar do videochat, o internauta deverá acessar o banner no portal Câmara Notícias (<http://www2.camara.gov.br/camaranoticias/>). O PDC 234/11, do deputado João Campos (PSDB-GO), sustenta a aplicação de dispositivos da Resolução 1/99 do Conselho Federal de Psicologia que impedem aos psicólogos colaborar com tratamentos que prometam a cura da homossexualidade.